

PRÉ-HISTÓRIA A HISTÓRIA SEM UM TEMPO: DESCOLONIZAÇÃO DO TEMPO PRÉ-HISTÓRIA

Mario Pereira MAMEDE
Arqueólogo/Mestre em História - PUC-GO
mariopmamede@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo construir uma percepção acerca do tempo Pré-História e sua inserção na história. Busca identificar aspectos preconceituosos na construção do período principalmente na história do Brasil. Entende que o termo é uma construção eurocêntrica e genérica que contribui para a disseminação de conflitos discriminatórios entre sociedades superiores e inferiores que se justificam na expansão da economia do capital em áreas que foram povoadas por grupos ágrafos.

Palavras-Chave: Pré-história; História; Arqueologia; Descolonização; Patrimônio Cultural.

Abstract: The present work aims to build a perception about prehistoric time and its insertion in history. It seeks to identify prejudiced aspects in the construction of the period, especially in the history of Brazil. That the term is a Eurocentric and generic construction that contributes to the dissemination of discriminatory conflicts between superior and inferior societies that are justified in the expansion of the capital economy in areas that have been populated by agrapha groups.

Keywords: Prehistory; History; Archaeology; Decolonization; Cultural Heritage.

Introdução

Toda região tem uma Pré-História. Desta maneira se estabelece um tempo uma cronologia para um período da humanidade que parece muitas vezes vigorar apenas em uma época cujo imaginário é sempre representado por turmas de humanos vivendo em bandos lutando para vencer as diversidades impostas pelo ambiente, através de técnicas de caça, de proteção e de confecção de uma materialidade que permite sobrepujar de certa forma tais dificuldades. Talvez seja uma História da Pré-História.

Desde que surgiu na Terra, a movimentação do Homem e os aglomerados humanos tinham como origem suas necessidades e disponibilidades dos locais em atendê-las. A necessidade essencial comum a todos era a alimentação, e ela provinha basicamente da proteína animal, ou seja, o Homem primitivo (hominídeo) era um caçador. Como a atividade de caça não se faz apenas com as mãos foi necessário que se construísse instrumentos para que com eles fosse possível, através das atividades de caçar, ter a provisão de alimentos para todos (Navarro, 2006).

Esse tempo é tão representativo que tem um período próprio, seu momento, suas expectativas e suas aventuras. A arqueologia é o representante científico desse período,

estuda sua materialidade, pesquisa as ações do homem primitivo sobre seu meio ambiente, o início da agricultura, da confecção de vasilhames cerâmicos e das diversas formas de circulação. Acreditando na ideia romantizada de que, os povos primitivos viviam em perfeita harmonia com a natureza, acreditando na imagem de uma vida edênica, em que não havia exploração dos recursos dispostos e oferecidos aos bandos que circulavam matas a dentro nas intermináveis terras de pindorama.

Valendo-se do carisma científico alicerçado em instituições de renomadas cadeiras, a arqueologia vem há tempos montando o quebra cabeça dos diversos artefatos materiais encontrados na pré-história da humanidade e da brasileira, no intuito de que tais peças conduzam para uma história da pré-história mesmo que ágrafa. A denominação de pré-história em um período específico foi criada no século XIX para que os povos sem escrita tivessem seu período delineado.

A História que se inicia com os povos que desenvolveram a escrita e que foram capazes de documentar os feitos da humanidade passa a ser o marco determinante para se estabelecer uma enorme diferença entre primitivos – os iletrados - e não primitivos - os letrados - um conceito muito aceito para os estudiosos da matéria.

Para Kosseleck (2010) historiador dos conceitos, as palavras passam por ressignificações e por diferentes maneiras de usá-las, o vocábulo que designa o conceito permanece igual, o que muda é a perspectiva em relação ao mesmo. Conforme o historiador, os conceitos podem ser vistos não só na perspectiva de mudança e de apropriações dos sentidos, mas a partir das diferentes recepções (Aragão, 2019).

Se deixarmos de lado a proposta de que os significados de expressões e momentos na história são apenas maneiras conceituais de enxergarmos tal período histórico e seus termos e nos atentarmos na proposta de Martin e Funari (2020) que designa a pré-história como uma história da ancestralidade estaremos perpetuando a complexa ideia com base em afirmações europeias que são diferentes da história desses povos sem escrita e sem a inserção dos mesmos na história da humanidade sem dar a eles as expressões genéricas e estereotipadas como indígenas, não indígenas ou ameríndios, continuando dessa forma, com uma visão reducionista e eurocêntrica a respeito dos povos pré-históricos.

É a partir da descoberta desses elementos preconceituosos e discriminatórios dentro de uma cultura eurocêntrica em determinada sociedade agrária é que tentamos entender porque grandes empreendimentos como o da agroindústria da cana-de-açúcar utilizam de seus meios para destruir relevantes sítios arqueológicos e consequentemente sepultam parte enorme de nossa história.

Esse pequeno estudo tem sua motivação na ausência de trabalhos que abordam a temática arqueologia e história sobretudo numa perspectiva de análise menos tradicional. Trata-se de uma experiência pessoal em áreas onde a expansão agrícola motivada pela agroindústria da cana-de-açúcar e seus derivados vem tomando espaços onde anteriormente existiu a presença de grupos humanos ágrafos e posteriormente a presença de grupos tradicionais.

Minha experiência de vida é na prática de trabalho me ensinou o quanto alguns

donos de terras não buscam ter algum conhecimento a respeito desses povos e todo seu legado, classificam todos de forma genérica como índios, o que pode ser um traço cultural carregado de extremo preconceito.

Inicialmente o preconceito se estabelece na ausência de conhecimento sobre a temática, a justificava se centra em nosso próprio processo de colonização onde a expansão do europeu sobre os terrenos das comunidades tradicionais no intuito de cumprir os mandos que vossa alteza legou ao proprietário da terra, o discurso de que os povos originários devem ser subjugados, pois são diferentes.

E inegável que durante o processo de colonização de nosso país os povos originários foram duramente atingidos pela euforia colonizadora, tendo sua terra, sua cultura e seus costumes espoliados pelo imigrante no processo de colonização.

Essa semente parece ainda enraizada em nossa sociedade, conforme podemos constatar em um processo no ministério público do estado do Pará (MPF-PA) no qual o réu, um dono de terra, foi condenado a pagar 20 mil reais de indenização por falas racistas e ameaças aos povos originários. No processo faz a seguinte afirmação: "Quero deixar claro que não discuto com índio, mas sobre índios. Esses seres são incapazes e não têm como se responsabilizar por qualquer discussão. Continuo defendendo a política americana em relação aos índios, vamos exterminá-los e depois estudar a sua linda história neste país promissor" (MPF-PA – ONG antirracismo, 2009).

Essa forma de lidar com os povos originários se exacerba quando se generaliza, e os povos ágrafos (pré-históricos) são colocados no mesmo discurso generativo da ordem de conhecimento. Nosso conceito de arqueologia, história e patrimônio cultural é carregado de definições europeias e a noção de bem herdado pelos antepassados noção distante da realidade vivida nessas localidades.

Assim sendo, apresentar porque se destrói tantos sítios arqueológicos no Brasil e a relação da agroindústria brasileira com o tema é necessário um entendimento da visão de extrema ignorância e mentiras que perpetua ainda sobre os povos ágrafos e originários de que uma civilização precisa ser destruída para surgir uma outra.

Uma perspectiva para os estudos da história dos povos sem escrita a partir da descolonização do conceito pré-história

A pré-história é um campo de estudo histórico no qual existem diversas determinações e conceitos que parecem caminhar para um desfecho cronologicamente não aceito. Conceituar um tempo no qual os grupos humanos que existiram não possuíam a habilidade da escrita como um tempo sem história é considerar como um período cronológico diferente do resto da evolução humana na terra.

O tempo da pré-história, conforme conhecemos, parece algo estático, sem função, sem história, apenas um período misterioso desde a fabricação de um artefato de pedra, as gravuras e pinturas em cavernas e abrigos. Ações típicas de uma humanidade que caminhava para busca pelo melhoramento de suas vidas diante das fases e intempéries das mudanças climáticas que estavam à sua frente. Tudo parece não ser história.

A criação do conceito de 'pré-história' e, principalmente, sua utilização vinculada à ascensão dos Estados nacionais, baseados em processos de colonização desenrolados na era Moderna, estão intrinsicamente associadas a uma fragmentação da história de povos autóctones, estabelecendo um novo marco para o início da história de regiões já muito antes povoadas. Esse processo fica evidente no desenvolvimento histórico da disciplina arqueológica no Brasil. (Bueno, 2019, p.78).

Esse período é usado para estabelecer um momento da história no qual não existia a escrita, e assim os grupos humanos que viveram nessa época são considerados povos sem história vivendo em uma temporalidade estática se considerarmos que sem escrita não há o registro de sua história. Então, os grupos humanos que viveram anteriormente a escrita são apenas um modelo de evolução humana que não merece uma história, pois não há registro dela de uma forma documental.

Noelli e Ferreira (2007) em seu artigo, A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira, mostra como no Brasil Monárquico (1822-1889) os projetos políticos de dominação colonial reafirmavam que as populações indígenas eram degeneradas. Segundo os autores, conceitos como este da degeneração perpassaram o século XIX e ainda circulam na produção acadêmica contemporânea, justificando as desigualdades regionais do continente americano. De acordo com Trigger (2004), a existência de caçadores-coletores e agricultores e povos com características pré-históricas na América fez com que circulassem na Europa objetos materiais e também descrições dos costumes desses povos. Os índios foram comparados aos povos europeus pré-históricos. Para que tal comparação fosse aceita pelos europeus se fez necessário a construção de um conceito de Pré-história com suas implicações e comparações civilizatórias e tecnológicas. (Aragão, 2019, p. 92)

O conceito é bastante preocupante quando pensamos na definição de pré-história dos grupos humanos que viveram no Brasil antes da chegada dos Portugueses, pois condiciona aos conquistadores o lugar na história do país porque existe registro dessa chegada (então a história do Brasil começa apenas em 1500), e o que existe contemporâneo a esta chegada é apenas uma humanidade exótica e, anteriormente, são pessoas sem registro, sem história.

No caso do Brasil, essa construção, esteve atrelada às representações arqueológicas colonialistas e à teoria da degeneração indígena. Para a Europa as populações indígenas da América já nascem degeneradas, primitivas, pagãs. Posteriormente, este estereótipo ganha força, justificado pelo colonialismo que apontou demasiadamente a inferioridade das sociedades indígenas (bárbaras, primitivas e degeneradas) e criou um ambiente para dominação e exploração colonial, empreendendo uma conquista violenta, dizimando grande parte da América sob o pretexto colonizador das "missões civilizatórias". (Aragão, 2019, p. 55)

Conforme Aragão (2019), o termo pré-história talvez seja um dos mais injustificados de todo o conhecimento histórico. A expressão em si transmite a ideia de que pré-história é tudo aquilo que tenha vindo, supostamente, antes da História. Ou seja, antes dos primeiros registros escritos. A disciplina histórica, etnocêntrica e excludente, especialmente a partir do século XIX, definiu que a História deveria ser produzida com base em documentos oficiais, ou da burocracia geral do estado.

Ainda segundo o autor, as populações que não dominavam a escrita ficaram subalternizadas e foram por muito tempo consideradas irracionais ou pouco desenvolvidas. Desta forma como dar conta então de grupos e sociedades ágrafas e sem domínio da cultura escrita? Embora sem escrita, não ficam de fora da História e têm seu lugar reservado nos estudos históricos consideradas inferiores.

Segundo Aragão (2019) Ideias de superioridade racial tiveram grandes impactos no século XX. O racionalismo da ilustração foi permutado pelo conservadorismo da burguesia europeia. Fundamentavam-se pesquisas para salientar as diferenças étnicas e culturais, a partir das diferenças biológicas dos grupos humanos. Ideias de que diferentes grupos étnicos recebiam influências do ambiente ou região em que estavam situados, levaram a crer que as diferenças físicas e comportamentais estavam enraizadas nos fatores biológicos e ambientais.

Pode-se dizer que essas ideias irão desencadear as teorias raciais do século XX. A idealização e o robustecimento das concepções racistas deste período acabaram por naturalizar as desigualdades raciais e justificar o atraso do país. De acordo com o pensamento exposto acima, somente uma nação branca seria capaz de realizar os ideais liberais e progressistas. Tais visões explicitamente preconceituosas e discriminatórias estão implícitas na visão que se tem da Pré-história no século XX e na nossa relação com o passado ágrafo (Aragão, 2019).

Nessa perspectiva de conceitos epistemológicos é negado aos grupos ágrafos os anos de vida de integração com a natureza e limites deixados, a cultura material e sua produção quer seja lítica ou cerâmica com técnicas de confecção muito distintas, os desenhos da pintura rupestre e gravuras em abrigos e cavernas formas de registros que não são considerados pela conceituação do termo pré-história.

Sendo assim, nosso processo de desconstrução do conceito usual de Pré-História, principalmente para o Brasil, pretende descolonizar o poder do conhecimento imposto na perspectiva da definição que a chegada europeia é o marco para a história brasileira e que os povos ágrafos subalternizados existam na perspectiva do rompimento com o poder envolvido.

Entendemos que, o processo de expansão da cana-de-açúcar em Serranópolis, Goiás, ao largo de áreas onde ameaça a integridade da existência de sítios arqueológicos de pinturas rupestres e de grande parte de vestígios materiais é um processo de um projeto civilizatório econômico que é destrutivo da vida humana e seus registros.

Conforme Grosfoguel (2008), descolonizar é romper com o poder com o conhecimento do projeto civilizatório ocidental imposto ao mundo através da destruição de outras civilizações. E nesse processo, com o avanço dessa cultura agrícola sobre lugares de

grupos humanos ágrafos, temos então um conflito não só de natureza econômica, como também de processo de destruição da memória e território de grupos humanos.

E dessa maneira, se deixarmos de compreender os conflitos existentes em cada ação imposta pela expansão agressiva do "progresso econômico" às áreas que pertenceram a grupos humanos ágrafos, vamos apenas engrossar o coro dos conceitos eurocêntricos de patrimônio, entendendo o legado como herança sem que meçam os danos existentes nesses conflitos. E assim, continuamos a perpetuar o processo romântico dos conceitos envolvidos.

Precisamos construir na comunidade um tipo de integração, algo que possa fazer com que ela se identifique com os objetos que estão ali expostos e não vejam apenas como algo que seja meramente velho, e que pertenceu a um passado que não diz nada. A preocupação que vejo nessa observação é a de que nosso Patrimônio Cultural, quer os expostos em espaços de memória ou aqueles que compõem um conjunto arquitetônico de uma cidade, e que muitas vezes passamos do lado e não nos importamos, estão sempre fechados ou abertos para um público seletivo.

Nos Museus, nas Igrejas e nos palácios, o Patrimônio Cultural respira uma temporalidade de grupos distintos, selecionados muitas vezes por uma elite que não se preocupa em representar uma coletividade plena e esse grupo excluído, não se vê nas peças expostas, que para eles apenas representa um tempo distante daquele que povoa sua história que lhes foi contada na gibeira ou na guaiaca pendurada em um fogão a lenha pelos seus genitores.

Sob essa perspectiva de lugar de memória totalmente conceitualizada pelo modo eurocêntrico de enxergar o patrimônio cultural de uma determinada sociedade é que espaços como os abrigos de Serranópolis, mesmo contando com normativas legais de preservação do governo federal, vivem em modo pandêmico constantemente porque o avassalador sistema capitalista, conforme enxerga Grosfoguel (2008), existe e foi criado como uma forma destruidora da vida humana ou não humana pelo processo civilizatório ocidental iniciado na expansão colonial e existente em nossos dias, mesmo com a não presença administrativa de um poder colonizador.

Ao pensarmos em um estudo que possibilite uma análise da destruição de sítios arqueológicos de grupos pré-históricos em uma perspectiva descolonial, o que não é muito usual quando falamos de arqueologia porque suas epistemologias teóricas estão estruturadas em conceitos franceses, americanos, ingleses, ou seja, teorias científicas euro centralizadas e que são defendidas nos largos corredores catedráticos da academia brasileira é necessário que tentemos construir uma perspectiva de estudo a partir da desconstrução do conceito de pré-história.

A pouca importância dada a esses grupos humanos étnicos construíram-se uma supervalorização do desempenho dos colonizadores em narrativas eurocêntricas e preconceituosas a respeito desses citados grupos pré-históricos.

E assim, na área de estudo, o expansionismo colonizador é superior ao legado deixado por grupos ágrafos e se torna hegemônico nas relações dos poderes envolvidos,

sendo esse, o princípio organizador das ações econômicas ambientais que determinam a formação do espaço e das novas fronteiras agrícolas como molde capitalista.

O legado Pré-histórico na expansão das fronteiras agrícolas

Conforme Meneses (2016), a criação da alteridade como espaço/tempo anterior, onde circulavam saberes inferiores, foi o contraponto da exigência colonial de transportar a civilização e a sabedoria para povos vivendo supostamente nas trevas da ignorância. Essa estruturação hierárquica está na base da relação de poder-saber do moderno pensamento científico, relação que opera pela permanente imposição de um pensamento abissal que divide o mundo em duas partes, o mundo moderno ocidental, de um lado, e os 'outros' espaços, da tradição, dos primitivos, do "outro" lado.

E assim as realidades que ocorrem atualmente nesse espaço são contrárias as normas de nosso mundo progressista e civilizado causador de danos ambientais, patrimoniais e culturais, e a existência dessas realidades nesse contexto em uma condição que a simples ameaça à expansão dessa ordem colonial pode ser o estopim de diversos conflitos.

A história da região onde está Serranópolis, originalmente iniciada a 11.000.00 AP, não existe porque as evidências e registros deixados pelo homem em toda parte de seu território e em seu ambiente não possuem um diário ou um documento de cartório em que esteja registrado que alguém deixou determinado terreno para um grupo humano que fez uso do local para sobrevivência e pintou com traços primitivos pinturas cotidianas ou mesmo sacerdotais, que não são aceitas pelo alfabeto colonizador e pela ciência histórica do século XIX.

Schimitz (2004) estudou a região de Serranópolis (projeto Parnaíba 1975), estabelecendo um marco temporal para ocupação humana na região de cerca de aproximadamente 11 mil anos AP, sendo a tradição arqueológica Itaparica a fase mais antiga dessas ocupações, com indicativos de residências, vestígios em pedra lascada (lítico), artefatos ósseos e alimentares.

Conforme Schmitz (2004), em Serranópolis há variedade de pinturas rupestres que cobrem os paredões de arenito, apresentando uma ocupação humana antiga, com datação de aproximadamente 11.000 anos A.P. Segundo ele, Serranópolis contém uma das áreas arqueológicas mais importantes do país e com alto potencial para as pesquisas relacionadas com a ocupação do território a partir do final do Pleistoceno.

O espaço de ocupação arqueológica de Serranópolis possuía algumas singularidades, entre elas, o fato de que este ambiente foi ocupado sistematicamente, abrigando pelo menos 550 gerações humanas, sendo inicialmente cerca de 450 gerações de caçadores e depois de agricultores, vindos do norte, leste e sul, formando ali suas aldeias (Schimitz, 1984, p. 124).

A realidade da existência de diversos sítios arqueológicos, abrigos, cavernas que evidenciam claramente a extensa apropriação humana de grupos ágrafos nessa localidade e que esses espaços são protegidos por normativas federais é um ambiente por

si só que favorece incontáveis conflitos para apropriação e uso dessas áreas que muitas vezes possuem valores econômicos consideráveis.

A construção nova desse território para atender as demandas de um Estado cada vez mais predador e as vaidades do mercado econômico causam grandes implicações sobre a organização social local. Pois o modelo desenvolvido tem como alvo expandir fronteiras e territórios agrícolas para o atendimento do mercado interno e externo e para que essas metas sejam cumpridas, áreas cultiváveis como as de sítios arqueológicos são verdadeiros chamarizes para empresas que têm como propósito o lucro e vantagens.

Desde os primeiros cultivos da cana-de-açúcar, não se imaginava a intensa interferência no processo de formação socioespacial no país. A capacidade de se adaptar, associada à complexidade das formas de organização interna e das estratégias de apropriação de recursos adotadas pelo capital sucroenergético, não apenas garantiram a sua longevidade, mas também fomentaram a sua consolidação enquanto atividade fortemente capaz de moldar a economia, a cultura, as relações sociais e o espaço. Isso possibilitou o que Oliveira (2016) chamou de territorialização do monopólio, por meio de estratégias de controle sobre a terra.

Sendo assim, Oliveira (2016) sugere que o capital se apropria dos discursos e das políticas voltadas para a questão ambiental como uma forma de ressignificar seus interesses, conduzindo a uma lógica social benéfica. No que se refere à agroindústria sucroenergética no Brasil e com destaque para o território goiano, diante do recente ciclo de modernização e busca por energias renováveis e menos poluentes através do uso da biomassa, questões como a produção através da monocultura e a concentração fundiária revelam os efeitos sobre o ambiente, sociedade e patrimônio cultural.

A incorporação de novas fronteiras agrícolas ao contexto socioeconômico nacional desempenhou três funções básicas. No plano econômico, possibilitava a produção de gêneros alimentícios básicos. No plano social, representava uma orientação para os fluxos migratórios, sendo o lócus da recriação da pequena produção e, no plano político, era a válvula de escape de tensões sociais geradas no campo (Mamede, 2021, p.151)

Portanto são precisos esforços para entender de que forma o setor sucroenergético manipula suas ações valendo-se dos bens/elementos da natureza e dos arranjos sociais para manter replicando o modo de produção capitalista em território goiano, com boa parte de suas terras recentemente convertidas para o cultivo da cana-de-açúcar (Mamede, 2021).

Em uma mesma área em que existe a produção para o mercado consumidor e o bem cultural, haverá sempre situações conflitantes, uma vez que existem as contradições entre as várias instâncias do poder público ocorridas no ato de definir o que será considerado relevante para ser objeto de política de preservação, ou que poderão ocorrer interesses divergentes levando a adotar posturas contrárias, ou seja, um bem definido em instância federal como sendo um patrimônio cultural.

O alimento que nutre esse conflito entre superiores e inferiores, entre expansão agrícola e solução energética para o mundo contra resquícios materiais de grupos humanos ágrafos é tão somente o método usado pelas forças estatais para justificar a morte da história e da memória de grupos humanos não letrados é o já conhecido racismo, um dos mecanismos embrionários da construção de nosso mundo.

Segundo Grosfoguel (2008), a ideia de raça organiza a população mundial segundo uma ordem hierárquica de povos superiores e inferiores. No caso em questão, o objeto que expõe o racismo existente trata-se da generalização que fazem os grupos da agroindústria e os órgãos governamentais que colocam no mesmo bojo os grupos humanos ágrafos e as populações tradicionais. Essa generalização carrega consigo a eterna luta da raça considerada legítima e detentora do poder contra todas as outras consideradas inferiores.

A agroindústria dá ares de preconceituosa quando se trata de “coisas” relacionadas a indígenas. Tem-se a noção equivocada de que esses sítios arqueológicos estão ligados diretamente aos grupos indígenas atuais, e que consequentemente a descoberta de sítios arqueológicos implicariam em desapropriação de terras, embargo na construção de usinas e gastos maiores para o empreendimento em forma de indenização ou outras medidas.

Nessa perspectiva, a lógica da dominação do considerado mais forte está centrada na questão do avanço econômico, contra tantos benefícios de uma agroindústria. O que são alguns pedaços de potes ou pinturas de “índios”, que tipo de benefício isso pode trazer região a ponto de rivalizar com a indústria da cana?

A ignorância sobre o tema e o preconceito são as armas utilizadas para as justificativas encontradas quando se destrói um patrimônio arqueológico ou quando simplesmente passam por cima dele. Os valores que estabelecem são sempre os financeiros.

O desconhecimento de nossa pré-história tem sua origem na história oficial do Brasil, na mentalidade colonialista que privilegia o que é externo a nossa cultura, não na posse, da maioria da população, do capital cultural; e por fim na falta de divulgação da Arqueologia, e isso acaba refletindo nas atitudes tomadas pela agroindústria em relação ao patrimônio arqueológico.

Sparemberg (2008) valida que, com o início da ocupação do território brasileiro pela metrópole portuguesa, localizada fundamentalmente nos latifúndios monocultores e na exploração de mão de obra escrava trouxe profundos reflexos na formação da sociedade local e preconceitos. A realidade escravista produziu um sistema social integrado com estrutura de classes, com sistema político e ideologia peculiares o ponto de partida da formação e desenvolvimento das classes sociais.

Para Holanda (1995), a tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território dotado de condições naturais adversas e estranhas de suas tradições milenares, trouxe mutas consequências. Entre tais consequências podem ser enfatizadas as desigualdades sociais e preconceitos (raciais) como uma das sequelas mais notáveis da colonização lusitana, e que continuam sendo constantes em nossa sociedade.

A colonização, como projeto político e ideológico, penetrou insidiosamente nas mentes colonizadas, cujos saberes e criatividade permanecem ainda subordinados a

lógicas externas: mentes obrigadas a adaptar e a copiar lógicas e formas de pensar exógenas (Meneses, 2016).

A falta de compreensão leva ao descaso com aquilo que legalmente é importante como bem cultural, mas que não “ importa” se for destruído. O desconhecer é não ter consciência de que a perda da memória cultural é absolutamente irreparável. Entretanto, para os empreendedores e alguns órgãos públicos não se está perdendo absolutamente nada significativa, não é uma igreja, fortaleza, museu etc., que está sendo destruído, são só pinturas e cacos de “índios”. (Mamede, 2007).

O preconceito é fruto da relação que alguns órgãos públicos criaram com os grupos financeiros, que conjuntamente desobedecem a legislação que rege a questão do patrimônio cultural e arqueológico no Brasil. E como consequências são abrigos, cavernas, pinturas, sítios arqueológicos destruídos, preconceitos aflorados junto com total descaso e falta de respeito com o cidadão desse país.

Acreditamos que esses fatos são justificados pela alegação de um pseudo desconhecimento sobre a clareza da lei, conceito de patrimônio, sobre o que é um sítio arqueológico e sobretudo do mascarado racismo generativo contra povos indígenas, decretando, sob o ponto de vista da cana-de-açúcar, a morte do legado desses grupos. Descolonizar implica abrir o espaço a outros saberes sequestrados para ampliar o resgate da história, democratizando-a.

Considerações finais

Não existe apenas um expoente capaz de elucidar o fato de que o espaço dos grupos humanos que viveram antes do desenvolvimento da escrita esteja rotulado em um período da história cujo significado está carregado de termos que estabelecem um ponto entre caverna e humanidade.

Afinal a escrita é um marco de desenvolvimento enquanto que a pedra lascada ou polida não representa mais do que um ato criativo necessário devido as necessidades encontradas pelo bando.

E a maneira com que caminhamos para uma tentativa de estabelecermos um conceito apropriado para integrarmos toda humanidade em uma única história, quer ela esteja em um tempo antiquado ou não, nos são apresentadas enormes barreiras epistemológicas e sociais que são apenas formas conceituais apropriadas em conformidade com interesses intelectuais e sociais, de maneira muitas vezes déspotas e preconceituosas.

Como conceito, a Pré-História é uma abominação. A história é baseada em evidências. Seria melhor falar da história de uma sociedade não letrada, de um período não letrado na história de uma sociedade e, assim, reconhecer a continuidade do registro do homem no passado. Acontece que ele, homem pretérito, foi um tanto prematuro quando escreveu seus registros. A palavra Pré-História deve ser abandonada na terminologia histórica pela frase, História Pré-Literária (MC CALL. 1973).

Desse desconhecimento gera-se conflito e generalizações que culminam com a destruição de sítios arqueológicos como estamos vendo em Serranópolis-GO e em uma região do estado do Pará (Mamede, 2021), por grupos da agroindústria açucareira que

muitas vezes esquecem da lei e avançam sobre o que consideram “cacos de índios”.

O desenvolvimento e o progresso são os fatores das justificativas muito comuns na história do Brasil, são as ideias que disseminam a ignorância e o preconceito, conceitos muitas vezes perpetuados pela construção de uma ideia de sociedade que ainda enxerga na história dos Pré-literários um período insignificante que atrapalha a construção de uma sociedade superior europeia e ainda infelizmente, branca.

Enfim, absurdamente não enxergamos ainda uma maneira de considerarmos que não existe uma divisão ou marcos cronológicos para determinarmos as diversas fases dos caminhos da humanidade sem construirmos períodos carregados de preconceitos e interesses, que são proporcionados pela eterna luta entre superiores e inferiores.

Referências Bibliográficas

ARAGÃO, Luiz Adriano Lucena. **História e pré-história**: investigando os usos desses conceitos nos livros didáticos de história. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História e Cultura Regional, Recife-PE, 2019.

BUENO, Lucas. Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um ‘Novo Mundo’? **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**, Belém, v. 14, n. 2, p. 477-495, maio-ago, 2019.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/697>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.697>, 2008

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26, ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. **Uma História dos Conceitos – Problemas Teóricos e Práticos**. URL: periodicos.fgv.br/reh/article/view/1945/1084. 2010.

MAMEDE, Mario Pereira. **Índios na Pista**. Trabalho apresentado no XIV Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, Florianópolis, Santa Catarina, 2007. Disponível em: www.webartigos.com.br.

MAMEDE, Mario Pereira. **A Cultura da Cana-de-Açúcar no Sudoeste Goiano e os Impactos sobre o Patrimônio Cultural Arqueológico de Serranópolis Goiás (2000-2020)**. Projeto de Pesquisa FAPEG-GO. PUC-GO, 2021.

MAMEDE, Mario Pereira (2021). A Destruição de sítios arqueológicos em áreas de fronteiras agrícolas na Amazônia um alerta para os danos irreversíveis ao patrimônio arqueológico feito por atividades da agropecuária e agroindústria. **Rev. Inside consultoria Arqueologia**. Belém-PA, 2021.

MCCALL, Daniel F. Prehistory as a Kind of History. **The Journal of Interdisciplinary History**, vol. 3, no. 4, The MIT Press, 1973, pp. 733–39, <https://doi.org/10.2307/202691>.

MARTIN, Gabriela; FUNARI, Pedro Paulo A. Apresentação: A História Ancestral e o Passado mais Antigo do Brasil. **Revista Nordestina de História do Brasil**. Cachoeira V 2, n 4, p 7-12, 2020.

MENESES, Maria Paula. **Os sentidos da descolonização**: uma análise a partir de Moçambique. SSN: 2177-5648 OPSIS (Online), Catalão, v. 16, n. 1, p. 26-44, jan./jun, 2016.

NAVARRO, R. F. A Evolução dos Materiais. Parte 1: da Pré-história ao Início da Era Moderna. **Revista Eletrônica de Materiais e Processos**/ ISSN 1809-8797/ v. 1, 1 (2006)01-11

NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lúcio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. **Redalyc**, Rio de Janeiro, v. XIV, n. 04, p. 1239-1264, 2007.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro. **Revista NERA**, Presidente Prudente ano 21, n. 43, pp. 79-100, 2016.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Horticultores Pré-Históricos do Estado de Goiás**. São Leopoldo: Ed. Da UNISINOS, 1985.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. (2004). Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central. In: **SOUZA, Harley Anderson de. O desgaste da pintura rupestre e dos abrigos sob rocha na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Pousada das Araras em Serranópolis-Goiás: condicionantes naturais**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia: Ed. Da Universidade Católica de Goiás, 2004.

SPAREMBERGE, Raquel Fabiana Lopes. **Antropologia e Diferença**: Quilombolas e Indígenas na luta pelo reconhecimento do seu lugar no Brasil, 2008.